



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

Propostas do ME são uma mão cheia de nada e pejada de arbitrariedades, para milhares de professores

O SPLIU participou no dia 22 de março numa reunião no Ministério da Educação sobre a apresentação de proposta de correção dos efeitos assimétricos internos à Carreira Docente, decorrentes do período de congelamento, a metodologia de trabalho para a redução da Burocracia nas Escolas, a correção de desigualdade na redução de componente letiva nos GR da monodocência, a regularização de vínculos de Técnicos Superiores e Técnicos Especializados sem funções de formação e a apresentação de Calendário Negocial.

Em relação ao assunto da recuperação do tempo de serviço congelado, o Ministério da Educação estabeleceu como pressupostos para a sua proposta, o facto do congelamento das carreiras ter atingido professores em estádios bastante diferenciados, que após o descongelamento da carreira, 98% dos professores já progrediram pelo menos um escalão, e que destes 90% já progrediram dois escalões, para apresentar a proposta para o universo de todos os docentes em funções em 30/08/2005, e com 9 anos, 4 meses e 18 dias de congelamento que cumpram os requisitos para progressão na carreira, nos seguintes termos:

- Recuperação do tempo em que os docentes ficaram a aguardar vaga no 4º e no 6º escalões a partir do ano de congelamento;
- Isenção de vagas de acesso aos 5º e 7º escalões para todos os professores posicionados entre o 1º e 6º escalão;
- Redução de um ano na duração do escalão para os docentes que estão num escalão superior ao 6º e que não tenham ficado a aguardar vaga de acesso aos 5º e 7º escalões.

Numa reação imediata, o SPLIU considera que a proposta do ME para além de ficar muitíssimo aquém da recuperação total do tempo de serviço subtraído aos professores, utilizando as vagas de acesso aos 5º e 7º escalões como fator prioritário na proposta de recuperação de tempo de serviço, a mesma, gera ainda mais assimetrias, desigualdades, arbitrariedades, e, conseqüentemente, injustiças absolutamente inadmissíveis, porque insustentáveis.

Importa também esclarecer sobre este aspeto, que não foram de facto abolidas definitivamente, as vagas para acesso aos 5º e 7º escalões, sendo esta meramente uma medida transitória para mitigar os efeitos, ditos assimétricos, por parte do ME.

No que se refere à redução das tarefas burocráticas, o ME para além de convidar as estruturas sindicais a apresentarem propostas, revelou que mandatou uma instituição externa, no caso, a “LAB X” – Agência para a Modernização Administrativa, para conduzir este processo.



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

Em relação ao tema da monodocência, tendo manifestado o Senhor Ministro a intenção de auscultar, sobre esta matéria, as organizações sindicais, o SPLIU desafiou o ME a fazer uma reforma de fundo no Pré-Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico, propondo o mesmo a introdução da pluridocência com duas áreas curriculares nucleares, e que as áreas das Expressões fossem asseguradas por docentes com formação nas mesmas, sugerindo-se consequentemente que as reduções da componente letiva sejam iguais às dos outros níveis de ensino, não sem antes se encontrar uma fórmula de compensação para os professores que permanecem há muitos anos no ativo em regime de monodocência.

Relativamente aos Técnicos Especializados, o SPLIU concordou, em tese, com a necessidade de regularizar a sua situação laboral, nomeadamente, no que ao vínculo se refere.

Sobre o calendário negocial anunciado pelo Senhor Ministro, com uma única reunião agendada sobre as temáticas em apreço para o dia 5 de abril, o SPLIU considerou o calendário extremamente redutor, lembrando que importa, para além destas, rapidamente visitar e alterar, porque se provou ser extremamente limitativo e injusto, o Despacho relativo à mobilidade por doença, para já não evidenciar todos os outros assuntos de crucial importância profissional que urge resolver com a maior brevidade possível.

O Ministério da Educação comprometeu-se, a enviar, até ao final deste mês, ao SPLIU, as suas propostas sobre estas matérias.

Esta organização sindical fica, mais uma vez, a aguardar, a receção das supracitadas propostas, para as analisar e se pronunciar sobre as mesmas de forma criteriosa.

O SPLIU prossegue na defesa de todos os professores e educadores.

Lisboa, 22 de março de 2023

A Direção Nacional